

Controle de frequência para docentes será votado no Conselho Universitário

O projeto de resolução que irá implementar o Sistema de Controle Eletrônico de Ponto para docentes e técnico-administrativos deve ser votado, até o final de agosto, pelo Conselho Universitário. A proposta, formulada pela comissão do sistema de controle eletrônico de ponto, prevê o controle para técnico-administrativos e também sobre a atividade docente de regência de aula. O documento determina ainda que a carga horária seja de 40 horas semanais, e não de 30 horas, para os servidores técnicos. É importante destacar que tal medida partiu da recomendação de controle de servidores feita pelo Ministério Público Federal (MPF) à Ufes.

Segundo o presidente da comissão do sistema de controle eletrônico de ponto, professor Edebrande Cavaliere, o controle de assiduidade e pontualidade será feito por meio eletrônico, que registrará os horários de entrada e saída. "Os docentes e os técnico-administrativos receberão um login e uma senha de caráter pessoal e intransferível", explicou Cavaliere. Ele acrescentou que nos locais onde o acesso à internet for restrito, o controle será realizado por meios convencionais, como a assinatura em folha de registro.

De acordo com o presidente da comissão, a medida pretende colocar mais transparência às atividades de todos os servidores da universidade, conferindo maior controle das frequências. "A comissão percebeu que existem várias formas de controlar a frequência de docentes e de técnico-administrativos na mesma instituição. A sugestão do MPF foi de que a universidade preste contas à sociedade das atividades que são desenvolvidas", salientou Cavaliere. Ele frisou que a medida, para os docentes, é somente para as atividades de sala de aula.

O presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, disse que a sugestão da implantação do controle de frequência, que partiu de uma denúncia feita ao MPF, não faz referência, em nenhum momento, ao regime de trabalho dos professores. "Os docentes não foram alvo da denúncia, pois em todo o processo não existiu sequer um documento que fizesse referência aos professores, o que torna a proposta de controle de frequência impraticável", argumentou. Ele ainda disse que a Ufes, em resposta ao MPF, afirmou que o controle de frequência

praticado na universidade baseava-se no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação e não no dos docentes. No entanto, Rocha enfatiza que a ausência do ponto de frequência não isenta os docentes de cumprir as atividades previstas no Plano Anual de Atividades Departamentais (PADD) e de prezar pela qualidade do ensino.

Na opinião do representante dos professores no Conselho Universitário, Adauto Emmerich Oliveira, as principais formas de controle sobre a atividade de regência de aula já são feitas, em primeiro lugar, pelos alunos, e em segundo, pelas chefias de departamento. "Caso essas formas tradicionais de controle de frequência não estejam funcionando, é hora de avaliar a prática docente e não propor outra forma de controle", destacou Emmerich.

Controle de frequência de docentes é inconstitucional. Conforme o Decreto 1.867/96, que trata de registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos federais, os professores da carreira de magistério superior estão dispensados do controle de ponto, o que já torna a proposta de resolução inconstitucional. Além disso, de acordo com o Art. 207 da Constituição Federal, as universidades possuem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, o que significa que a Ufes deveria utilizar dessa prerrogativa para resolver internamente a questão do controle de frequência.

Técnicos defendem 30 horas semanais. De acordo com a diretoria colegiada do Sindicato dos Trabalhadores na Ufes (Sintufes), não há problema em relação à questão do controle de frequência para os técnico-administrativos, mas na determinação da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Defende-se a oficialização de turnos de 6 horas contínuas para atender à comunidade, sem interrupção, em todos os setores. Foi afirmado que a jornada de 30 horas está prevista no Decreto Federal de nº 4836/2003, que garante à universidade a autonomia para estabelecer a dinâmica de trabalho na instituição; e que a Procuradoria da União e o campus Vitória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) já implementaram a jornada de 30 horas semanais.

A diretoria do Sintufes defende



Ponto eletrônico é inconstitucional e não considera especificidades do trabalho docente

que haja o controle de frequência para todos, seja para os técnico-administrativos ou para os docentes, com escala pública de horários, afixados de modo que toda a comunidade tenha acesso.

Estudantes entendem que proposta pode inibir prática de docentes que não ministram aulas. De acordo com Vitor César Noronha, diretor de Movimentos Sociais do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e membro do Conselho Universitário, o registro de frequência para docentes, no momento das aulas, pode inibir a prática de alguns professores que não cumprem suas obrigações em sala de aula. "Sabemos que essa é uma questão complexa e que não poderá ser resolvida meramente com o controle de frequência, mas acreditamos que é uma forma de começar a encarar o problema", explicou Vitor. Ele também citou que essa situação é intensificada em alguns departamentos da universidade. Também é importante destacar que no Congresso dos Estudantes da Ufes (Coneufes) foi aprovado o controle de frequência para docentes e técnico-administrativos.

Assembléia da Adufes posiciona-se contrária ao controle de frequência para docentes

Em Assembléia Geral, realizada no dia 07 de julho, os docentes endossaram a posição de ser contrários ao controle de frequência para professores. Desse modo, a Adufes enviará um documento ao Conselho Universitário e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), comunicando o posicionamento da categoria e reafirmando a defesa da autonomia universitária.

Entenda o caso

Em 23 de junho de 2009, o Ministério Público Federal (MPF) acatou uma denúncia anônima que trata do descumprimento da jornada de 40 horas pelos servidores da universidade. A partir da queixa, o MPF recomendou que fossem apuradas as irregularidades, pois conforme os documentos enviados pela Ufes ao órgão da Justiça Federal, considerou-se que o controle de frequência praticado pela universidade era feito de forma precária e ineficiente. Também foi concluído o não cumprimento da jornada de 40 horas dos servidores e a irregularidade do controle de frequência.

No dia 16 de novembro de 2009, o Ministério Público recomendou que a Ufes, adotasse, em prazo razoável, providências cabíveis para assegurar mecanismos que controlem a jornada de trabalho de servidores.

Em 09 de dezembro de 2009, com o objetivo de regulamentar um sistema de controle eletrônico para os servidores, foi instaurada a Comissão Especial do Conselho Universitário, que propôs uma resolução que acabou envolvendo tanto professores quanto técnico-administrativos, e que deve ser votada até o final do mês de agosto.



Docentes posicionam-se contrários ao controle de frequência em assembleia

55º Conad atualiza plano de lutas

Debate sobre trabalho nas universidades

Adufes negocia com a Unimed

Docentes atualizam Plano de Lutas no 55º Conad

Entre os dias 24 e 27 de junho, em Fortaleza (CE), cerca de 42 delegados e 100 observadores de 49 Seções Sindicais atualizaram o Plano de Lutas da categoria docente no 55º Conselho do Andes-SN (Conad). Entre os principais desafios para o próximo período estão a defesa do Sindicato Nacional e da educação pública de qualidade, a valorização do trabalho docente e a contribuição para o processo de reorganização da classe trabalhadora.

Com o intuito de fortalecer o Andes-SN, apontou-se a necessidade de ampliar a base da categoria, por meio do aumento do

número de sindicalizações e da criação de novas Seções Sindicais nas universidades recém implantadas. Em relação à defesa da educação pública de qualidade, deliberou-se pela continuidade da luta contra a privatização da educação, por meio, principalmente, do combate à atuação das fundações privadas ditas de apoio e pela ampliação do financiamento público da educação. Além disso, os professores aprovaram diversas medidas de denúncia e combate à reforma universitária do governo, em trâmite no Congresso Nacional, à expansão desqualificada

promovida pelo Reuni e à transferência de verbas públicas para o sistema privado de ensino, por meio de programas como o Prouni.

Carreira docente. A intenção anunciada pelo governo de reestruturar a carreira dos professores das instituições federais de ensino superior, sem discutir com o Andes-SN, foi criticada pelos participantes do 55º Conad, que reafirmaram os princípios defendidos historicamente pelo movimento, que são os da valorização do trabalho docente, que deve ser estruturado a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; valorização da dedicação exclusiva, entendida como o regime de trabalho preferencial dos docentes, pressuposto para o desenvolvimento de um projeto de universidade socialmente referenciada; isonomia salarial, que implica a incorporação das gratificações; a paridade e integralidade na aposentadoria; a garantia de transposição dos docentes aposentados para a posição correspondente na nova carreira e a garantia de desenvolvimento na carreira dissociada de avaliação produtivista.

Reorganização da classe trabalhadora. Após aprofundar os debates sobre a importância do processo de reorganização da classe trabalhadora, os docentes referendaram a participação do Andes-SN na Secretaria Executiva Provisória da Nova Entidade Classista - Central Sindical e Popular, fundada no Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), realizado em Santos (SP), no início de junho. Os professores também deliberaram que a intervenção do Sindicato Nacional nesse processo deve apontar para a construção de uma central classista, autônoma e independente de partidos políticos, governos e patrões.

Diretoria biênio 2010/2012 toma posse. Na abertura do 55º Conad, a nova diretoria do Andes-SN, sob a presidência da professora Marina Barbosa Pinto (Aduff), assumiu a direção da entidade. Os professores Francisco Mauri e Ricardo Behr passaram a integrar, pela Adufes, a Regional Leste do Andes-SN. Em relação à coordenação nacional dos Grupos de Trabalho (GT), o professor Ricardo Behr passou a integrar a do GT de Comunicação e Arte e de História do Movimento Docente.



Participantes da Adufes integram a nova diretoria do Andes e deliberam sobre as lutas do próximo período.

Governo apresenta projeto de alteração na carreira docente, mas desiste de enviar ao Congresso Nacional

No dia 22/06, às vésperas do 55º Conad, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) apresentou ao Andes-SN a minuta do Projeto de Lei do Magistério Superior, que propunha a reformulação da carreira docente. Na ocasião, foi informado que o Projeto deveria ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 02/07, para que pudesse ser votado ainda este ano.

No entanto, o Andes-SN solicitou ao MPOG e à Casa Civil que não alterassem o projeto de carreira dos professores das universidades federais sem discutir efetivamente o tema com o Sindicato Nacional. Diante da pressão do Andes-SN e de outras categorias de servidores públicos federais que também estão em negociação de carreira, o governo desistiu de enviar ao Congresso os Projetos de Lei que tratam desse assunto, no dia 08/07.

Entre os principais itens de

reformulação da carreira docente propostos pelo governo estão a redefinição dos termos da dedicação exclusiva, com a possibilidade de realizar atividades remuneradas que não afetem o regime; instituição da retribuição por projetos institucionais de pesquisa e extensão; criação de nova classe, a ser intitulada professor sênior, acima da classe de professor associado, com quatro padrões, entre outros. Na avaliação do presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, os governos têm atuado no sentido de desestruturar a carreira, o que faz com que o Andes-SN proponha a discussão e a formulação, pela base, de uma nova proposta de carreira a partir da atual estrutura de trabalho docente. “Tendo em vista a modificação do perfil do professor que ingressa nas universidades e as ações do governo que

já alteraram a carreira, não basta reestruturar, é preciso que seja feita uma nova carreira”, afirmou.

Negociação com o governo. O Andes-SN protocolou um documento, no Ministério do Planejamento e na Casa Civil, solicitando que o Governo estabeleça um processo efetivo de negociação sobre a carreira docente. Em reunião realizada no dia 08/07, com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardes, foi sinalizado que novas reuniões serão convocadas para dar prosseguimento à discussão, com a possibilidade de envio do Projeto de Lei ao Congresso em novembro deste ano.

Proposta de carreira docente é discutida em reunião do Setor das IFES. Considerando as futuras negociações com o Governo, 40 representantes de 27 seções sindicais do

Andes-SN participaram da reunião conjunta do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e do Grupo de Trabalho de Carreira, nos dias 17 e 18 de julho, em Brasília. Na ocasião, foi discutido um roteiro e metodologia para construção de um projeto de carreira, a partir da participação direta das bases da categoria em Assembléias, bem como a realização de debates e outras atividades que abordem a temática nas universidades. A Adufes, além de manter os associados informados sobre o assunto, irá reunir o Grupo de Trabalho (GT) Carreira para programar como será feita a discussão na Ufes, de maneira a subsidiar a deliberação dos docentes.

Situação de trabalho nas universidades é tema de debate promovido pela Adufes

No dia 30/06, foi realizado o debate “Trabalho nas universidades: um desafio para além do capital”, que contou com a participação do professor João dos Reis Silva Júnior, da UFSCar, e da professora Izabel Cristina Ferreira Borsoi, da Ufes. A atividade proporcionou uma reflexão coletiva sobre a situação de intensificação do trabalho e adoecimento de trabalhadores das universidades.

De acordo com o professor João dos Reis, houve uma drástica redução do financiamento público de políticas universais e estruturantes de atenção ao trabalhador, como habitação, transporte, saúde e educação pública, com o advento do neoliberalismo. Nesse contexto, ocorre a intensificação do trabalho para que se consiga manter as mínimas condições de vida, fato que passou a ser naturalizado. “Essa situação leva ao estranhamento em relação ao próprio trabalho, o que pode levar ao sofrimento, ao adoecimento e, até mesmo, ao suicídio”, explicou Reis.

No caso dos docentes, o estranhamento do trabalho também ocorre pela perda da autonomia em relação aos objetos de pesquisa que são direcionados pelas agências de financiamento. “O controle do financiamento leva ao estranhamento do trabalho, pois nem sempre é possível pesquisar o que se quer”, disse Reis. Além disso, a exigência por produtividade acadêmica também gera um desgaste para os docentes, pois os critérios de

avaliação e financiamento estão ligados a índices quantitativos. Há casos de professores que utilizam medicamentos estimulantes para conter o déficit de atenção e conseguir atender às demandas. “A compressão espaço-tempo, muitas vezes, tem sido feita pela bioquímica”, explicou João dos Reis.

A redução do número de técnico-administrativos nas universidades também é um fator que gera intensificação do trabalho docente. Conforme dados da pesquisa do professor João dos Reis e Valdemar Sguissardi, entre os anos de 1995 e 2005, o corpo técnico-administrativo efetivo da Ufes caiu de 2.441 para 1.124 servidores. Atualmente, o número de servidores é de 2.200, mas ainda é abaixo do que havia em 1995. Essa situação fez com que os docentes também assumissem diversas atividades administrativas, acumulando funções.

Avaliação do debate. Para o professor do Centro de Educação da Ufes, Marcelo Lima, o debate foi importante para dar visibilidade à temática e politizar a discussão. “Como organizamos individualmente o trabalho, acabamos tendo uma visão fragmentada do quanto nos dedicamos à atividade docente”, disse Marcelo. Ele também problematizou que o tempo de trabalho da universidade tem ocupado, cada vez mais, o espaço-tempo da casa, o que tem sido naturalizado.

A professora do departa-



Professores relatam intensificação do trabalho no cotidiano da universidade.

mento de Serviço Social, Cenira de Andrade, avaliou que o debate serviu para alertar a categoria sobre os impactos da intensificação do trabalho. “A universidade pública pode perder sua dimensão criativa, baseada no ensino, pesquisa e extensão, se continuar a cobrança exacerbada pela produtividade”, ponderou. Ela também ressaltou que a luta sindical é uma maneira de buscar saídas coletivas para essa questão.

Trabalho sem sentido também atinge técnico-administrativos

O estranhamento do trabalho não atinge somente os professores, mas também os técnico-administrativos. Conforme a professora Izabel Cristina Borsoi, o fato de os técnicos não possuírem mobilidade no nível da carreira, permanecendo na mesma função desde o concurso de ingresso, contribui para uma

situação de trabalho sem sentido. “O técnico que se qualifica sente que tem condições de fazer muito além do que ele faz, mas não pode assumir uma função de outro nível”, explicou Cristina. Essa situação também gera insatisfação, sentimento de inutilidade e leva ao adoecimento. Além disso, o reconhecimento social do trabalho do técnico é diferente do docente. “O trabalho do técnico só é notado quando não é realizado a contento”, explicou Izabel Cristina.



Exigência produtiva leva os servidores das universidades ao desgaste.

Número de professores foi ampliado em proporção menor que oferta de vagas na Ufes

O número de oferta de vagas para os cursos de graduação da Ufes foi ampliado em cerca de 80% nos últimos cinco anos. Conforme dados do documento “Ampliação da Ufes: sustentação para o desenvolvimento do Espírito Santo”, publicado pela universidade em junho deste ano, o número de vagas ofertadas

passou de 2.805 (2005) para 4.775 (2010). Atualmente, a Ufes conta com 90 cursos de graduação.

Os cursos de mestrado e de doutorado também foram ampliados. Em 2005, a Ufes contava com 19 cursos de mestrado e 5 de doutorado. Atualmente, está com 39 cursos de mestrado e 13 de doutorado, o que representa um aumento de

106% e 160%, respectivamente.

A ampliação do número de docentes, no entanto, ocorreu em proporção bastante diferenciada. Em 2005, o número de professores era 1.196, sendo 982 efetivos e 214 substitutos. Atualmente, de acordo com a Assessoria de Comunicação da Ufes, o número de docentes é de 1.573, sendo

1.384 efetivos e 189 substitutos, o que representa um aumento de 32% no quadro total de docentes.

(Os dados da Ufes relativos ao ano de 2005 foram retirados do livro *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtividade acadêmica*, dos professores João dos Reis Silva Júnior e Valdemar Sguissardi).

Festa Julina é marcada por animada quadrilha e muito forró

Comidas e bebidas típicas e uma animada quadrilha deram o tom da Festa Julina promovida pela Adufes, no dia 02 de julho, na sede da entidade. Cerca de 400 professores e familiares divertiram-se ao som da banda Forró Raiz, que tocou músicas tradicionais de Luiz Gonzaga, Dominos e Trio Forrozão.

As crianças também se divertiram com brincadeiras, como cama-elástica, pescaria, pinturas no rosto, bola-mania, teatro infantil e com as barrquinhas de pipoca e algodão doce.

Para o professor do departamento de Estatística, Adelmo Inácio

Bertoldi, a festa julina foi muito boa, pois possibilitou a diversão tanto para os docentes quanto para seus familiares. “As crianças puderam se divertir com as várias brincadeiras e eu participei da quadrilha. O espaço ficou pequeno para tanta animação”, disse o professor.

A integração entre professores que não se viam há muito tempo também foi lembrada pela professora aposentada Cely Barbosa Zambelli. “As festas da Adufes têm sido bem organizadas e os professores estão retornando às atividades”, disse Cely.



Docentes e familiares divertem-se na festa julina da Adufes.

Adufes negocia alterações no plano de saúde com a Unimed

Desde abril deste ano, a Adufes está em negociação com a Unimed, não só a respeito do reajuste de índices, mas também sobre as alterações previstas pelas resoluções da Agência Nacional de Saúde (ANS). No entanto, apenas no início de julho a empresa apresentou a proposta solicitada pela Adufes, com o índice de reajuste de 25% e transposição do plano para 10 faixas etárias, o que significaria um

grande aumento para boa parte dos professores.

Em reunião de negociação com o plano, realizada no dia 22 de julho, ficou decidido que o reajuste será adiado para setembro e que, enquanto isso, a Unimed irá fazer uma proposta de regulamentação do Uniplan e de transposição em faixas etárias dos dois planos (Vitoriamed e Uniplan), que será analisada pela diretoria da Adufes e pela categoria, em Assembléia Geral até meados do mês de agosto.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax:27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

Donato de Oliveira
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Temístocles de Souza Luz
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Valter Pires Siqueira
1ª suplente

Edinete Maria Rosa
2ª suplente

Dulcinéa Sarmiento Rosemberg
3ª suplente

Bernadete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 1.700 exemplares

Nova modalidade de plano da VIVO é mais vantajosa para docentes

A Adufes negociou com a VIVO outra modalidade de plano de telefonia (LD Vip), que é mais vantajosa para os associados. Não se trata de um novo contrato, mas de uma alteração de planos. O valor da assinatura é de R\$ 5,00. Como o con-

trato é de 150 minutos (0,21x150 = 31,50), o valor mínimo mensal a ser pago será de R\$ 36,50. Para aderir à nova modalidade, basta se dirigir à sede da Adufes e preencher o termo de solicitação.

Confira as vantagens do novo plano:

Origem/Destino	Tipo	Tarifa Plano Atual (Valor/min)	Tarifa Novo Plano (Valor/min)
Local	Fixo	0,64	0,21
	Celular Vivo	0,39	0,21
	Celular Vivo Plano	0,39	0,00 (com o serviço Tarifa Zero)
	Celular Outras op.	0,77	0,21
Longa distância	Fixo	1,20	0,74
	Celular Vivo	1,20	0,21 (usando o 15)
	Celular Vivo Plano	1,20	0,21
	Celular Outras op.	1,20	1,11

Novas linhas e Modem. Para os associados interessados na aquisição de novas linhas de telefone, a Adufes solicita que compareçam à sede da entidade para fazer o pedido, até o final do mês de agosto. Depois desse prazo, as linhas serão solicitadas à Vivo.

É válido destacar que serão atendidos, preferencialmente, os associados que ainda não possuem nenhuma linha. Outra novidade é que a Vivo está com uma promoção, na sede da Adufes, de Modem com TV digital em comodato, no plano de 500MB, com mensalidade de R\$ 49,90.

ASSESSORIA JURÍDICA DA ADUFES CONSEGUE SENTENÇAS FAVORÁVEIS PARA DOCENTES

Sentença restabelece direito de docente ao pagamento do adicional de Raio-X. A Juíza da 2ª Vara Federal Cível de Vitória, Enara Olímpio Ramos Pinto, nos autos do processo nº 2009.50.01.006370-4, interposto pela Assessoria Jurídica da Adufes em favor de um associado aposentado, garantiu-lhe o direito de continuar a receber o adicional de insalubridade suspenso pela Ufes, que entende

ser incorreto o pagamento. No caso julgado, o docente já havia incorporado o adicional de insalubridade desde que era regido pela CLT, sendo que quando aposentado passou a receber o referido adicional nos seus proventos sem qualquer contestação ao longo de mais de 10 anos, portanto a Ufes não poderia suspender o pagamento. A Universidade já recorreu da sentença, que deve ser mantida pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, como espera a Assessoria Jurídica da Adufes.

Ufes irá pagar vale alimentação de professora afastada. A Juíza da 2ª Vara Federal Cível, Enara Olímpio Ramos Pinto, nos autos do processo nº 2009.50.01.009926-7, condenou a Ufes a pagar à professora os valores relativos ao auxílio-alimentação, referentes ao período de 12 de agosto de 2004 a 09 de novembro de 2008, época em que esteve afastada para seu dou-

torado. A Ufes se recusou a pagar administrativamente à docente os valores do vale alimentação do período de afastamento, o que fez com que a Adufes ingressasse na Justiça para garantia do direito. Caso outros docentes encontrem-se nas mesmas circunstâncias, basta procurar a Assessoria Jurídica da Adufes.